



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 27 de julho de 2011

JORNAL DO COMMERCIO Omar critica governo por não defender Zona Franca CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO CAPA	2
JORNAL DO COMMERCIO EDITORIAL OPINIÃO	3
JORNAL DO COMMERCIO FRENTE & PERFIL OPINIÃO	4
JORNAL DO COMMERCIO A Guerra Fiscal continua..... OPINIÃO	5
JORNAL DO COMMERCIO Francisco Praciano lança candidatura POLÍTICA	6
JORNAL DO COMMERCIO Francisco Praciano lança candidatura (continuação) POLÍTICA	7
JORNAL DO COMMERCIO Francisco Praciano lança candidatura (continuação) POLÍTICA	8
JORNAL DO COMMERCIO Tablets POLÍTICA	9
JORNAL DO COMMERCIO Florestas absorvem mais CO2 ECONOMIA	10
JORNAL DO COMMERCIO Desaquecimento ECONOMIA	11
JORNAL DO COMMERCIO Pesquisa ECONOMIA	12
JORNAL DO COMMERCIO Reforma tributária..... ECONOMIA	13
JORNAL DO COMMERCIO Semestre NEGÓCIOS	14
A CRITICA A GUERRA FISCAL E NÓS OPINIÃO	15
A CRITICA sim & não OPINIÃO	16
A CRITICA Entrega de medalha traz Artur Neto à cena política..... POLÍTICA	17
A CRITICA ZONA FRANCA DE MANAUS..... ECONOMIA	18
A CRITICA Brasil, Top 5 em investimento ECONOMIA	19
A CRITICA Brasil, Top 5 em investimento (continuação) ECONOMIA	20

AMAZONAS EM TEMPO	
CONTEXTO	21
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO	
Tablets	22
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS	23
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Omar chama ministros de 'inertes'	24
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Brasil sobe para quinto lugar em investimento	25
BRASIL	

Omar critica governo por não defender Zona Franca

Durante a posse do novo desembargador do TJAM, Jorge Lins, o governador Omar Aziz criticou o governo federal por não tomar nenhuma medida em relação aos prejuízos causados ao Polo Industrial de Manaus, diante de medidas que inviabilizam as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus e por estar discutin-

do uma nova política industrial para o Brasil sem ouvir o Estado onde, segundo ele, está concentrado o maior polo eletroeletrônico da América do Sul. Entre as medidas recentes que tiram a competitividade da Zona Franca de Manaus estão a MP 534; o Decreto 57.144 do governo paulista, que desonera cobrança de ICMS para os tablets; e a importação da

China de condicionadores de ar split sem a cobrança do imposto, que vem sendo praticada pelos governos do Espírito Santo e Santa Catarina. Omar confirmou que nas próximas horas, o Governo do Amazonas deverá entrar com uma Adin no STF, contra o Decreto do Governo de São Paulo.

Página A4

CAPA

Possibilidade de retração econômica põe em risco o faturamento do PIM

EDITORIAL

Omar se define como governador acima do compromisso de aliado

A atitude e as palavras do governador Omar Aziz, ontem durante a posse do novo desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas, revela uma postura que o chefe do Executivo vinha se abstendo de adotar, por razões políticas, mas que é, sem dúvida, o posicionamento correto e

adequado para o momento.

É preciso reconhecer, e deixar isso claro à população do Amazonas, que a presidenta Dilma Rousseff, que nas últimas vezes que veio a Manaus, em campanha e após eleita, mostrou-se solícita e concordante com os pleitos do nosso Estado, na verdade tem-se mostrado indiferente aos ataques e ameaças recorrentes à Zona Franca de Manaus. Até hoje, nenhuma atitude presidencial foi tomada em relação à proposta de extensão dos incentivos fiscais para toda a Região Metropolitana de Manaus e a promessa de prolongar a ZFM por mais 50 anos após a prorrogação de mais 10 anos, até 2033, já

em andamento no Congresso, caiu no esquecimento no Planalto.

Ao assumir uma posição crítica em relação ao governo federal por não tomar nenhuma medida em relação aos prejuízos causados diante de medidas que inviabilizam as vantagens comparativas da Zona Franca e por estar discutindo a nova política industrial para o Brasil sem ouvir o Estado, Omar se define como governador do Amazonas e não apenas como aliado do governo central.

Quando o mal já está feito, as atitudes devem ser pacíficas, sinceras, porém sem demonstrar fraqueza.

FRENTE & PERFIL

MOTOCAR

A fabricante de triciclos Motocar irá abrir, no dia 11 de agosto, a primeira de duas concessionárias autorizadas da marca no Pará. A indústria se prepara para o lançamento nacional do modelo padrão de concessionárias Motocar, programado para acontecer em outubro no Salão Duas Rodas, em São Paulo.

A Guerra Fiscal continua

Raimundo Lopes Filho

Na ultima semana os incentivos fiscais da Zona Franca instituídos pelo Decreto-Lei Nº 288/1967 e legislação complementar em vigor, foi objeto de nova agressão que acirrou, ainda mais, a guerra fiscal entre os Estados, que todos pensavam ter acabado. Dessa feita foi a edição, pelo Governo do Estado de São Paulo (SP), no dia 18/07/2011, do Decreto Nº 57.144, que introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Opera-

ções Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

O referido diploma legal paulista acrescenta o TABLET PC à lista de produtos beneficiados com o direito de optar pelo crédito de importância equivalente à aplicação de 7,0% sobre o valor de sua operação de saída, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos, o que,

na prática, zera o imposto estadual desse produto.

Deve ser ressaltado que a legislação que instituiu o regime especial de tributação pelo ICMS para contribuintes da indústria de informática estabelecidos em SP data de 28/02/2007, quando foi editado o Decreto Nº 51.624, constando, atualmente da relação dos produtos beneficiados com o citado incentivo fiscal estadual vinte e dois itens desse segmento, ficando o TABLET PC posicionado na 23ª posição.

O que gera maior in-

quietação ao Amazonas é o flagrante desrespeito à recente deliberação do STF, que revogou vinte e três Leis de seis Estados, dentre eles SP, e do Distrito Federal, objeto de quatorze ADINs por instituírem, unilateralmente e ao arrepio da própria Constituição Federal, incentivos fiscais para pagamento do ICMS com a redução do valor devido, sem a prévia celebração de convênios com os demais Estados.

De fato, o incentivo fiscal do ICMS é preponderante na decisão empresarial para definição

do local de implantação de um empreendimento industrial da área de informática, uma vez que a produção desses bens, em qualquer ponto do território nacional, usufrui dos mesmos incentivos fiscais federais administrados pela Suframa. Portanto, é louvável a decisão do governador Omar Aziz, ao bater às portas do STF para interpor nova ADIN contra a legislação estadual de SP, que desonera

totalmente a produção de bens de informática naquele Estado.

Assim procedendo, será mantida a pequena vantagem comparativa da ZFM nesse segmento, garantindo que os cinco projetos recentemente aprovados pelo Codam para a fabricação do TABLET PC no PIM, com investimentos de mais de R\$ 400 milhões e a geração de 220 novos empregos diretos, sejam concretizados.

RAIMUNDO LOPES FILHO é diretor da PROJEC Projetos e Consultoria Ltda - projec@argo.com.br

Francisco Praciano lança candidatura

POR JUSCELINO TAKETOMI
ESPECIAL PARA O JOM

Foto: Djalma Junior

Eleito com 177 mil votos nas últimas eleições, dos quais 140 mil obtidos em Manaus, o deputado federal Francisco Praciano (PT-AM) decide colocar o bloco na rua e anuncia a sua intenção de disputar a prefeitura municipal em 2012. Para ele, Manaus não possui saneamento, o sistema de transporte não é tratado como prioridade e os problemas da cidade não podem ser resolvidos de forma imediatista, vinculados à Copa do Mundo 2014. Na sua opinião, a ZFM é um modelo que precisa ser revisto e se transformar em polo exportador. "Não podemos repetir o ciclo da borracha", adverte.



“
Eu sou candidato. Logicamente, quem faz política e tem quatro mandatos de vereador e um de deputado federal, quer nova experiência
”

Francisco Praciano lança candidatura (continuação)

Jornal do Commercio - O Partido dos Trabalhadores terá candidato próprio nas eleições municipais do próximo ano em Manaus? Quem será esse candidato?

Deputado Francisco Praciano - Eu sou candidato. Fui vereador da cidade em quatro mandatos, me envolvi, durante esse tempo, com serviços públicos essenciais como água, transporte coletivo, educação, estudantes. Adoro minha cidade. Logicamente, quem faz política e tem quatro mandatos de vereador e um de deputado federal, quer nova experiência. E eu diria, sem nenhum medo, que gostaria bastante de inovar na administração da minha cidade.

JC - A sua candidatura seria do tipo puro sangue ou teria um arco de alianças?

FP - Por enquanto, eu sou só um candidato, tenho dito isso, sou um pré-candidato e dependo da vontade do povo e do PT.

JC - Nenhuma conversa com o governador Omar Aziz ou com o senador Eduardo Braga. Afinal, todos eles apoiam o governo federal...

FP - Não faço alianças

com ninguém e advogo uma aliança fora do esquema dos partidos que tradicional-

“O prefeito tem que entender que transporte é um serviço essencial que tem que ser tratado com prioridade”

mente têm dirigido a cidade.

JC - O seu nome está posto. Quais os principais problemas da cidade de Manaus?

FP - Manaus é uma cidade sem infraestrutura, é zero por cento com relação ao tratamento de esgoto, a cidade não tem saneamento.

JC - E o sistema de transporte?

FP - É um outro gargalo que depende de vontade política. A cidade tem um sistema viário difícil, o trânsito está muito complicado. A solução na direção de um

sistema de transporte inteligente, rápido, não é fácil. Mas, tem uma coisa que precisa ser bem definida na política do município: o prefeito entender que o transporte é um serviço essencial que tem que ser tratado com prioridade. E, depois, o prefeito tem que entender que o transporte coletivo é essencial e que a prefeitura é a dona do serviço, é o poder concedente. Hoje nós não vemos autoridade da prefeitura em relação ao sistema de transporte. Quem manda é o empreiteiro. Há que ter uma parceria com o empreiteiro, mas quem manda é o município. Essa falta de autoridade faz Manaus possuir um dos piores e mais caros sistemas de transporte do país.

JC - Está correto o planejamento da cidade para a Copa do Mundo de 2014?

FP - Eu não trabalho muito com Copa do Mundo, acho que ela é necessária, mas não acho que a gente tem que estruturar o serviço da cidade em função de poucos dias de Copa, até porque eu não conheço nenhum dinheiro vindo de fora. Se a Copa do Mundo fosse importante pra estruturar o serviço, a gente ia aprovei-

tar o dinheiro da Coca-Cola, da FIFA, o dinheiro dos empresários, a gente ia aproveitar esse dinheiro pra estruturar Manaus, mas não. Estão fazendo um estádio de seiscentos milhões na base do empréstimo, empréstimo junto ao BNDES para uma cidade que não tem futebol profissional. O Estado vai pagar isso aí. Transporte coletivo, BRT, qualquer que seja o sistema, vai ser dinheiro do município de Manaus. Então, nós não temos que vincular as necessidades de Manaus à Copa do Mundo. Seja bem-vinda a Copa, espero que as pessoas que administram os projetos para a Copa sejam rápidas e que a cidade melhore, mas temos que dizer que o dinheiro é público, não há dinheiro particular, os gastos são muito altos. Acho que a cidade de Manaus, de imediato, merece o velho sistema chamado Expresso, ou BRT como chamam por aí, um sistema bem estruturado.

JC - Que tratamento merece a Zona Franca de Manaus a partir de agora?

FP - A Zona Franca precisa ser imediatamente revista, precisa de mais quarenta anos. É uma grande

Francisco Praciano lança candidatura (continuação)

“

Eu sou candidato. Logicamente, quem faz política e tem quatro mandatos de vereador e um de deputado federal, quer nova experiência

”

luta que enfrentamos no Congresso Nacional onde São Paulo tem setenta parlamentares. Some isso com Pernambuco, Bahia e a representação dos Estados do Sul, que competem muito com a nossa Zona Franca, nossa bancada é pequeninha. A bancada do Norte é pequena e desunida. Então, essa questão não vai depender de força de bancada, vai depender do governo federal. Só assim a Zona Franca de Manaus conseguirá manter uma sobrevivência, até que a gente estruture a ZFM para um outro paradigma, um outro modelo de industrialização. As fronteiras estão sendo abertas, precisamos desenvolver tecnologia, pre-

de doutores, o número de engenheiros, precisa qualificar mão de obra, tudo coisa de longo prazo. São quarenta e quatro anos de Zona Franca e nós temos o terceiro maior aeroporto de carga do Brasil, o Aeroporto Eduardo Gomes. Se você for lá, as mercadorias que saem da Zona Franca, via aérea, estão em baixo de lona, na pista. E também não temos porto. Então, 1 bilhão de reais é pouca coisa e, além do dinheiro, precisamos de tempo e planejamento para desenvolver nosso modelo.

JP - O futuro da Zona Franca, então, é complicado e pode ficar pior considerando os problemas percebidos no projeto de reforma tributária em discussão no Congresso Nacional.

FP - É preciso ter cuidado com a reforma tributária, pois temos que manter as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus de qualquer maneira. As vantagens comparativas em relação aos produtos feitos em Manaus têm que ser garantidas nos centros consumidores do país. E a reforma tributária tem vários aspectos, tem o aspecto de redução de impostos, de redução da burocracia, mas a ZFM não pode perder suas vantagens comparativas. Temos que lutar para transformar a ZFM em uma espécie de Vale do Silício com laboratórios das empresas que funcionam aqui desenvolvendo tecnologias e aumentando competitividade pra manter o modelo.

JP - Vale do Silício não seria otimismo e sonho demais?

FP - É preciso que a gente pense nessas coisas, no Vale do Silício. Quem vai acabar com a Zona Franca de Manaus não é decreto, quem vai acabar com a Zona Franca é a falta de consumidor, pela falta de competitividade. Vejamos que a China é um grande parceiro do Brasil hoje e o governo federal jamais fechará as portas para a China em nome da Zona Franca de Manaus, não vai, não. Então, a abertura de fronteiras, com produtos a baixo custo, é o nosso maior perigo.

“

Estão fazendo um estádio de seiscentos milhões na base do empréstimo. O Estado vai pagar isso!

”

cisamos de universidade que faça treinamento e qualificação de mão de obra mas, precisamos aumentar nossa competitividade e sermos um polo exportador. Mas, não nos preocupamos com nada disso, somos simplesmente montadores, não temos hoje uma tecnologia gerada pelas universidades daqui, pelas faculdades daqui, pelos laboratórios, pelos institutos de pesquisas, tecnologia essa que deveria estar hoje no mercado. Precisamos aprender com a história, não podemos repetir o ciclo da borracha.

JP - Enquanto isso, o governo federal contingencia mais de 1 bilhão de reais da Suframa, dinheiro que poderia ser investido em um parque tecnológico.

FP - É uma coisa de longo prazo. A gente não cria laboratórios e institutos de pesquisas só com dinheiro, a gente precisa hoje aumentar o número

Tablets

Omar critica Planalto por inércia em relação à Zona Franca

O governador Omar Aziz criticou o governo Federal por não tomar nenhuma medida em relação aos prejuízos causados ao Polo Industrial de Manaus, diante de medidas que inviabilizam as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus e por estar discutindo uma nova política industrial para o Brasil sem ouvir o Estado onde, segundo ele, está concentrado o maior polo eletroeletrônico da América do Sul. A cobrança foi feita na manhã desta terça-feira, no auditório do TJAM (Tribunal de Justiça do Amazonas), durante a posse do novo desembargador Jorge Lins.

Entre as medidas recentes que tiram a competitividade da Zona Franca de Manaus estão a MP 534

(MP dos Tablets); o Decreto 57.144 do governo paulista, que desonera cobrança de ICMS para os tablets; e a importação da China de condicionadores de ar split sem a cobrança do imposto, que vem sendo praticada pelos governos do Espírito Santo e Santa Catarina.

Omar disse que nas próximas horas, o Governo do Amazonas deverá entrar com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) no STF (Supremo Tribunal Federal), contra o Decreto do Governo de São Paulo. A minuta, que está sendo preparada pela PGE (Procuradoria Geral do Estado) e a Sefaz (Secretaria Estadual de Fazenda), será apresentada a ele ainda nesta terça-feira para uma última

análise.

"É apropriado falar aqui nesse momento porque estou na casa que faz Justiça", disse o governador, ao afirmar esperar que o STF corrija as injustiças e garanta os direitos constitucionais da Zona Franca de Manaus neste e em outros processos que estão parados naquela corte. "Espero que depois de anos da ministra Elen Grace estar sentada num processo que nos beneficia e não julga o mérito desse processo, o Supremo possa tomar uma decisão em favor do povo amazonense, que, aliás, não é um favor e sim direito constitucional".

Omar Aziz fez cobranças diretas aos ministros da Fazenda, Guido Mantega, da Ciência e Tecnologia,



Foto: Alex Pazuello

Aluizio Mercadante, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, com quem esteve em junho, em Brasília, e obteve garantias de que a Zona Franca de Manaus não perderia competitividade em relação à MP 534. Na ocasião também houve compromissos de barrar a importação de condicionador de ar chinês. "A cada dia que passa o Brasil fecha os olhos em relação ao contrabando legalizado que é feito pelo Espírito Santo e Santa Catarina", reclamou.

Omar disse que, nas próximas horas, o Governo do Amazonas deverá entrar com uma Adin no STF contra o Governo de São Paulo

Florestas absorvem mais CO2



Follow-Up
EMPRESARIAL

Novas constatações dos pesquisadores comprovam o papel importantíssimo das florestas para a formação do clima. As árvores capturam mais de 10% do dióxido de carbono (CO₂) gerado pelo homem, mesmo quando se leva em conta a totalidade das emissões decorrentes do desmatamento. A conclusão é de um estudo divulgado em 15.07.2011 na revista Science, que sugere que as florestas mundiais têm um papel maior do que se imaginava no combate às mudanças climáticas. O estudo deve contribuir para a implementação do mecanismo Redd (Reduções de Emissões por Desmatamento e Degradação) – um programa da Organização das Nações Unidas que busca a criação de um mercado global de créditos de carbono, no qual projetos que protejam as florestas tropicais são recompensados. Se as florestas armazenam mais carbono que se pensava, a tendência é de que essas

iniciativas se tornem cada vez mais valiosas.

Já se sabia que as árvores, ao crescerem, capturam grandes quantidades de CO₂, um dos principais gases-estufa. Mas até agora não havia sido possível calcular quanto de carbono as árvores absorvem em diferentes partes do planeta, e qual o total de gases liberados na derrubada e queima de florestas. O estudo discrimina a capacidade de absorção nas florestas tropicais, temperadas e boreais. “Esta análise coloca as florestas em nível de importância ainda mais elevado na regulamentação do CO₂ atmosférico”, diz Pep Canadell, um dos autores do estudo e diretor do Projeto Carbono Global, ligado à Organização de Pesquisa Científica e Industrial da Commonwealth, na Austrália.

Com base em estatísticas, informações de satélites e modelos computacionais, os cientistas calcularam que as florestas estabelecidas e recém-replantadas nos trópicos absorveram quase 15 bilhões de toneladas de CO₂ no último ano – equivalentes a cerca de metade das emissões

das fábricas, meios de transporte e outras fontes. Por outro lado, o desmatamento gerou 10,7 bilhões de toneladas de CO₂. Uma surpresa foi o fato de que florestas recém-replantadas nos trópicos são muito mais eficazes do que se pensava na absorção do CO₂, totalizando quase 6 bilhões de toneladas do

As árvores capturam mais de 10% do CO₂, mesmo quando se leva em conta a totalidade das emissões decorrentes do desmatamento

gás, aproximadamente o total das emissões anuais dos EUA. Para Canadell, isso mostra que alguns países, ao abrir mão dos grandes benefícios do programa Redd, menosprezam as oportunidades geradas pela recuperação florestal.

Importância da ZFM
As novas constatações

científicas comprovam a importância da ZFM como estratégia ambiental para conservar as florestas nas áreas sob sua influência – fato que um estudo técnico anterior patrocinado pela Suframa já havia estabelecido. Trata-se de elementos concretos de convicção que deveriam levar o governo a dar maior prestígio e proteção aos incentivos fiscais que propiciaram a criação do Polo Industrial de Manaus.

O PIM é um motor de crescimento que gera investimento, renda, emprego e tributos no interior da Amazônia, através de uma economia moderna e tecnologicamente avançada criada na região, sem depredar a natureza e sem poluir o meio ambiente. Falta apenas que o governo brasileiro reconheça o papel essencial da ZFM na proteção ambiental.

Cingapura e o uso da água

Cingapura é exemplo notável de racionalização do uso de água. Atualmente não há

nenhum outro país que use esse bem com tanta parcimônia. Nos anos 50, Cingapura enfrentou racionamento desse precioso líquido, mas nos anos 60 construiu um sistema de fornecimento de água dos mais sofisticados do mundo.

Hoje 40% da água consumida em Cingapura vem da Malásia, 25% a 30% é fornecida pela dessalinização da água do mar e reciclagem de águas residuais, e o restante vem de fontes que incluem a coleta em grande escala da água de chuva. A demanda é limitada por tecnologias eficientes e por tributos sobre o seu uso.

O mais importante é que o uso da água no país é administrada por uma autoridade politicamente autônoma, bem administrada e bem financiada. Graças a isso, o consumo per capita de água em Cingapura caiu de 165 litros por dia em 2003 para 154 em 2011. Hoje a florescente cidade asiática constitui um dos melhores exemplos de uso racional da água, um bem cada vez mais escasso no planeta.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim. cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

Desaquecimento

Aperto monetário e crise global esfriam ânimo do PIM

Incertezas já refletem no ritmo de alguns segmentos da indústria, informa Fieam

POR LUANA GOMES

A sinalização da Sersa Experian de que a economia brasileira deve sofrer uma retração nestes seis meses que finalizam o ano, põe em risco a expectativa recorde de faturamento do PIM (Polo Industrial de Manaus), na ordem dos US\$ 40 bilhões.

Os economistas da instituição apontam que a elevação das taxas de juros e os cortes orçamentários são fatores contribuintes para a redução no ritmo de crescimento da atividade econômica.

Outra variante assinalada como responsável pelo recuo é a menor demanda por crédito. Dados divulgados pela própria Sersa no início de julho mostram que, apesar da procura no primeiro semestre ter crescido 13,7% em relação a igual período de 2010, houve uma desaceleração em comparação a períodos anteriores, como nos seis meses de 2010, cuja elevação foi de 16,6% ante o mesmo acumulado de 2009. Além do mais, embora tenha sofrido expansão de 21% frente a mesmo mês do ano passado, o resultado de junho de 2011 caiu 3% ante maio.

O vice-presidente da Fie-



Foto: Walter Mendes

Para a entidade, indústria de eletroeletrônicos da linha branca deve ser um dos setores mais afetados neste segundo semestre

am (Federação da Indústria do Estado do Amazonas), Nelson Azevedo, que chegou a comentar anteriormente sobre o desempenho da ZFM (Zona Franca de Manaus) estar sempre à frente da média nacional, argumenta que já há segmentos do parque industrial amazonense com números preocupantes.

“A linha branca projetada ser a mais afetada neste segundo semestre. Estamos apreensivos quanto ao

desempenho da indústria, principalmente pela situação econômica nos EUA, tendo em vista que, inevitavelmente, vivemos uma economia globalizada”, ponderou, ressaltando que a expedição do PDC (Política de Desenvolvimento da Competitividade) também promete ser outra ‘dor de cabeça’, pois, como anunciado pelo *Jornal do Commercio*, o Amazonas não participou da elaboração do texto.

Mas, há setores que podem seguir rumo contrário. Mesmo tendo registrado o menor desempenho em maio, com um faturamento de US\$ 1.95 milhão, de acordo com a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), o polo naval tem encomendas fixas que possibilitarão o crescimento do setor, segundo o presidente do Sindnaval/AM (Sindicato da Indústria de Construção de Naval do Amazonas), Matheus Araújo. “Até o momento, a performance é positiva, tanto que existem estaleiros que sequer têm espaço para atender mais pedidos”, salientou.

Comércio otimista

Conforme o dirigente, a indústria deve sentir os reflexos dos fatores responsáveis pelo desaquecimento, assim como o comércio. No entanto, o assessor econômico da Fecomércio/AM (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Amazonas), José Fernando Pereira, afirma que, apesar de qualquer elevação da taxa de juros refletir diretamente no crédito e implicar na redução do consumo, reduzindo a atividade comercial, ainda não há elementos suficientes para assustar o comércio.

Pesquisa

Custo do empregado para o patrão é de 25 %, aponta Dieese

Uma nota técnica divulgada ontem pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) contesta a informação de que no Brasil o custo do empregado para o patrão representa 102% do salário do trabalhador. Segundo o órgão, o ônus não passa de 25,1%.

O argumento do Dieese é que o levantamento utilizado para afirmar que o empregador tem custo excessivo para a empresa considera como salário apenas a remuneração de tempo efetivamente trabalhado. “[No cálculo] são excluídas partes importantes da remuneração salarial, como parte do pagamento remuneração relativa ao repouso semanal remunerado; férias remuneradas; adicional de um terço sobre o valor das férias; feriados; 13º salário; aviso prévio em caso de demissão sem justa causa por iniciativa do empregador; despesas de rescisão contratual (equivalentes à multa sobre o saldo do FGTS) e a parcela do auxílio-enfermidade custeada pelo empregador, os três últimos calculados com base em uma média de incidência sobre o total de empregados”, apontou o texto do órgão.

Na interpretação do departamento, salário é a remuneração total recebida integral e diretamente pelo trabalhador como contra-

prestação do serviço. A remuneração subdivide-se em três partes: salário contratual recebido mensalmente, inclusive nas férias; salário diferido (ou adiado), recebido uma vez a cada ano (13º salário e um terço de férias); salário recebido eventualmente (FGTS e outras verbas rescisórias).

Magnitude e rigidez

A grande queixa de setores da economia, é que a magnitude e rigidez dos encargos sociais seriam responsáveis pela dificuldade de ampliação do número de empregos e pelo elevado grau de informalização dos vínculos de trabalho.

A desoneração da folha de pagamentos é um dos pedidos da indústria para recuperar competitividade. A Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), por exemplo, defende que os 20% que as empresas recolhem sobre o salário de cada empregado sejam retirados para o setor. Esses recursos hoje vão para a Previdência Social e, por isso, existe o impasse.

Economia

Editor Responsável:
Marco Dassori

mdassori@jcam.com.br
telefone: (92) 2101.5526
fax: (92) 2101.5525

Reforma tributária

União do Norte para enfrentar lobby sulista

Por Juscelino Taketomi

Especial para o JOC

Sem ver outra alternativa, o presidente da Associação Amazônica de Municípios (AAM), Jair Souto, diz que a união política das bancadas federais dos Estados da região Norte no Congresso Nacional é o único instrumento capaz de enfrentar os fortes lobbies dos Estados do Sul e do Sudeste no encaminhamento do projeto de reforma tributária em discussão no Congresso. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e o prefeito de Iranduba, Nonato Lopes (PMDB), compartilham com o líder municipalista, pregando "a união" como forma de pressionar em favor do Norte.

Membro do CAF (Comitê de Articulação Federativa), vinculado a Secre-

taria de Relações Institucionais da Presidência da República, Jair Souto não aposta sequer na FNM (Federação Nacional de Municípios), composta de forças heterogêneas, com interesses próprios com relação à reforma. "Nós, do Norte, só poderemos ganhar alguma coisa se os nossos Estados se unirem no Congresso", afirma ele, enfatizando que nem na Câmara Federal será possível o Amazonas fazer valer suas propostas em função da flagrante desproporcionalidade entre a sua bancada de representantes e as bancadas de deputados das regiões que dominam o Congresso.

"Infelizmente, o Sul e o Sudeste veem o Brasil como um país limitado, específico entre duas regiões", salienta Jair, garantindo que, mais do que na Câmara, os Estados nortistas

terão mais chances de obter ganhos no Senado, "porque lá o equilíbrio entre as bancadas é patente, lá há o equilíbrio federativo, mas ainda assim teremos de estar unidos".

Para Jair, a união será fundamental para o Amazonas conseguir equilibrar a polêmica em torno de questões como a mudança do sistema de cobrança do ICMS, da origem para o destino.

"Entendo que esse é o caminho", sustenta, lembrando também a luta do movimento municipalista nacional em favor do estabelecimento de uma divisão equitativa dos recursos do Pré-Sal entre os Estados brasileiros.

O prefeito Nonato Lopes, de Iranduba, comunga com a posição do presidente da AAM e aposta na união política do Norte para fortalecer o poder

de barganha da região quando o projeto da reforma dos tributos tramitar no Senado. "A união será muito importante e necessária, inclusive para mantermos as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus", comenta, confiando também nas articulações do governador Omar Aziz em Brasília, preocupado com a situação do Amazonas na reforma.

Guerra fiscal

A senadora Vanessa Grazziotin considera o Senado o centro estratégico para definir a reforma, pois, ao contrário de outras situações em que o Palácio do Planalto encaminhava o projeto inteiro para debate na Câmara, desta vez o projeto está sendo debatido "de forma fatiada, em pedaços" entre os deputados.

"Quando a matéria chegar ao Senado, já haverá um projeto razoavelmente definido e, então, nós saberemos como proceder de acordo com as normas do Confaz", analisa.

Apesar das pressões exercidas por governadores e parlamentares do Sul e Sudeste, Vanessa não acredita em grandes prejuízos ao Amazonas e à ZFM. "Lembremos que só o Amazonas possui poder legal de conceder incentivos fiscais para atrair empreendimentos empresariais na Zona Franca de Manaus, somos um Estado de exceção, sob amparo de lei", argumenta, ressaltando que a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), proibindo a guerra fiscal entre os Estados, vai ajudar bastante o Amazonas quando a reforma chegar ao Senado. "No Senado há mais equilíbrio de forças", destaca.

Semestre

MPEs empregam 851 mil pessoas

Participação dos micro e pequenos negócios superou a média para a geração de empregos

As MPEs (micro e pequenas empresas) geraram 67 de cada 100 vagas de trabalho formais criadas entre janeiro e junho de 2011. Nos seis primeiros meses do ano, elas empregaram 851.310 pessoas com carteira de trabalho assinada. A participação dos pequenos negócios superou a média histórica de contribuição para a geração de emprego formal, que é de 52%.

Em junho, o percentual foi ainda maior, de 74,6%. Dos 215.393 empregos criados no mês passado, 160.683 estão nas MPEs, segundo levantamento feito pelo Sebrae a partir de dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho.

A tendência de líderes na geração de emprego vem sendo verificada desde 2009, período em que a crise econômica mundial causou demissões em muitos países. De janeiro de 2009 a junho de 2011, as MPEs responderam por 80% dos 4,3 milhões postos de trabalho criados. Nos últimos 30 meses elas geraram 3,5 milhões de empregos.

“Os resultados mostram a representatividade das micro e pequenas empresas no mercado de trabalho, gerando emprego



Foto: Arquivo JOC

Em junho deste ano, as micro e pequenas empresas do setor agropecuário e de serviços empregaram mais

e renda para a população. Temos realizado um trabalho para aumentar também a participação das MPEs na economia brasileira, por meio de programas do Sebrae que incentivam a inovação nos pequenos negócios como forma de torná-los mais competitivos”, afirma o presidente do Sebrae, Luiz Barretto. As MPEs respondem atualmente por cerca de 20%

do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro.

Emprego em junho

O número de postos de trabalho criados no mês passado foi 5% superior ao de junho de 2010. Em junho deste ano, as micro e pequenas empresas do setor agropecuário e de serviços foram as que mais empregaram. Do total de 160.683 postos de

trabalho criados, 34,9% são da área agropecuária. Outros 24,9% estão no segmento de serviços. A construção civil e o comércio empregaram 14,2% e 13,9%, respectivamente. A indústria de transformação responde por 10,5% das vagas. A indústria extrativa mineral, os serviços de utilidade pública e a administração pública empregaram os outros 1,6%.

Manaus, quarta-feira, 27 de julho de 2011.

A GUERRA FISCAL E NÓS

 O mais recente capítulo da guerra fiscal estabelecida no País envolve dois velhos querelantes: O Estado mais rico da Federação, São Paulo, e o Amazonas, um dos maiores contribuintes dessa riqueza paulista. Na pauta deste episódio está novamente a questão dos tablets, o produto que converge diferentes mídias e ameaça tirar os empregos dos amazonenses que trabalham no Pólo Industrial de Manaus. Como pano de fundo deste episódio está a inoperância do Governo Federal na regulação fiscal e tributária deste País. Essa inoperância, ou mesmo desleixo, é a

sequência de uma maldita tradição que remonta ao governo de Getúlio Vargas (1950-1954), o último Presidente da República a tratar de forma consequente e com caráter nacional as questões fiscais e tributárias. Como bem já lembrou o deputado federal Pauderney Avelino (DEM) nem mesmo o presidente Juscelino Kubistcheck, tido como um desenvolvimentista, fez política fiscal e tributária. Todos os outros presidentes - a lista inclui 13 mandatários e uma junta militar - optaram por não fazer nada. E como não existe espaços vazios, a ciência Física já mostrou isso, os Estados trataram de fazer ao bel

prazer de cada um políticas fiscais e tributárias. E nesse caso, saliente-se bem, foram sempre políticas em causa própria. Em certo sentido, a "gula" dos governadores acabou por prestar um serviço ao País ao torná-lo menos concentrado do ponto de vista da riqueza. E o melhor exemplo deste fenômeno é o próprio Estado de São Paulo, que na virada dos anos 70 para 80 concentrava 65% da riqueza nacional. Hoje é detentor de pouco menos de 40% sobre o volume de riqueza total produzida no País. É uma diferença alcançada na base da Guerra fiscal e disso ninguém pode duvidar. Ou será

que a Bahia tinha condições de atrair uma indústria automotiva se não oferecesse incentivos muito além dos permitidos pela legislação nacional? A resposta é não. Então qual é o problema que o governo atual trouxe para a mesa. Nenhum, só que diante das garantias constitucionais da Zona Franca de Manaus, ele sinalizou durante muito tempo que cumpriria com a Constituição, mas, no entanto, age sorrateiramente no sentido oposto, ceifando vagarosamente todas as vantagens que esse modelo tem para beneficiar o já muito rico Estado de São Paulo. A isso, em bom português, se dá o nome de traição.

sim & não

Omar vai mudar o tom com Dilma

O governador Omar Aziz (PMN) prepara uma mudança no tom nas conversas com a presidente Dilma Rousseff (PT), previstas para as próximas semanas. A questão central é a MP dos Tablets.

“Não sou governador da presidente Dilma. Fui eleito pelo povo do Amazonas e vou tomar toda e qualquer providência para defender o interesse do Estado”, disse o governador a um interlocutor próximo. A subida de tom do governador chama atenção já que ele é conhecido no meio político como conciliador.

Entrega de medalha traz Artur Neto à cena política

ARISTIDE FURTADO
ESPECIAL PARA A CRÍTICA

Abatido na eleição de 2010 pelo que chamou de escandaloso esquema de compra de votos patrocinado pelo ex-governador e hoje senador Eduardo Braga (PMDB), o ex-senador Artur Neto (PSDB) retorna amanhã à cena política local no momento em que a bancada do Amazonas no Congresso Nacional encontra-se fragilizada diante de medidas provisórias editadas pelo Governo Federal que atingem a Zona Franca de Manaus (ZFM).

O ex-senador tucano receberá, no dia 28, na Câmara Municipal de Manaus (CMM), a medalha "Manaus Cidade de Ouro". A homenagem, proposta pelo vereador Paulo De' Carli (PRTB), um dos principais aliados do prefeito Amazonino Mendes (PTB), quase foi abortada em meados de junho pelo presidente da Casa Legislativa, o vereador Isaac Tayah, que chegou ao posto graças a articulação de bastidores, do senador Eduardo Braga.

Um dos principais críticos da gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e líder da bancada de oposição no Senado que derrotou iniciativas do Governo

Salva mais

>> Outro papel

No Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), Artur Neto atuou como líder do Governo na Câmara e Ministro da Casa Civil. Escolhido durante 15 anos como um dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso, o ex-senador não se reelegeu em 2010. Perdeu a disputa da segunda vaga para o Senado e para a deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB).

Federal como a derrubada da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), em dezembro de 2007, Artur Neto teve a atuação parlamentar enfatizada pela imprensa em junho último na emissão das MP's 317 e 534, que enfraquecem a ZFM.

Em entrevista eletrônica concedida a A CRÍTICA, no mês de junho, o ex-senador, que ocupou uma cadeira no Congresso por 16 anos, dá o tom do seu discurso sobre o desempenho da bancada federal amazonense, no primeiro semestre deste ano, e das ameaças ao Polo Industrial de Manaus



Francisco Araújo - Arquivo AC

Ex-senador diz que elite política do AM está com discurso envelhecido

(PIM). "Nossa elite política está com o discurso envelhecido. É passiva demais. Parece avestruz que, na tempestade, enfia a cabeça na terra e fica com o rabo de fora", ao comentar os prejuízos causados pelas MP's editadas pelo Planalto.

Diante de uma bancada federal composta por 11 membros (oito deputados federais e três senadores) dos quais dez apoiam o Governo da presidente Dilma Rousseff (PT), Artur Neto chama a atenção para o que se espera dos parlamentares do Amazonas em questões de interesse do Estado. "A bancada está lá para defender os interesses do Amazonas. Ser questionadora. Separar bem o que é compromisso com o Governo do dever moral de espelhar no Plenário, nas Comissões, nas votações o pensamento e os direitos da sociedade que a elegeu", escreveu o tucano.

Para o ex-senador, a bancada do Amazonas foi omissa na votação da MP 517. Aprovada no Senado em junho, inclui modens e roteadores como bens de informática e dá 100% de isenção de imposto sobre Produtos Industrializados para esses bens, o que acaba com a vantagem comparativa da produção desses itens em Manaus.

No centro de questões polêmicas

Mesmo morando, desde maio último, em Lisboa (Portugal), onde atua como diplomata na Embaixada do Brasil, o ex-senador Artur Neto tem ocupado o centro de polêmicas no Amazonas e no Senado Federal.

No final de junho, declaração do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) sobre a omissão dos senadores do Amazonas na votação de matérias estratégicas para o Estado causou a ira dos parlamentares amazonenses, que foram à tribuna do Senado pedir satisfações.

"É vergonhoso que a bancada amazonense não tenha uma voz opositora ao Governo Federal para que haja melhor defesa dos interesses do Estado", disse o Democrata, em evento na Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM), ao comparar a postura do ex-senador tucano com os atuais senadores.

ZONA FRANCA DE MANAUS

Governador sobe o tom e critica cúpula de Dilma

Adin contra incentivos fiscais para produção de tablets em São Paulo será impetrada até sexta-feira

Diante das dificuldades enfrentadas pela Zona Franca de Manaus com relação à produção de tablets, o governador Omar Aziz, que sempre esteve alinhado com o Governo Federal, mudou o tom e desferiu críticas ao Governo de Dilma Rousseff. A indignação de Omar também se deve ao fato de que o Governo Federal discute uma nova política industrial para o Brasil sem ouvir, porém, o Estado que concentra o maior polo eletroeletrônico da América do Sul. A cobrança foi feita na manhã de ontem, no auditório do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), durante a posse do novo desembargador Jorge Lins.

Entre as medidas recentes que reduzem a competitividade da Zona Franca de Manaus estão a MP 534 (MP dos Tablets); o Decreto 57.144 do Governo paulista, que desonera cobrança de ICMS para esses equipamentos; e a importação da China de condicionadores de ar split sem a cobrança do imposto, que vem sendo praticada pelos governos do Espírito Santo e Santa Catarina.

A produção de split é um setor importante para o Amazonas, que até pouco tempo garantia toda o abastecimento nacio-

nal, gerando 7 mil empregos no PIM. Com a importação chinesa desonerada de ICMS, o polo de Manaus perdeu a competitividade, colocando em risco os empregos nesse setor.

O Governo do Amazonas preparando uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o decreto do Governo de São Paulo. A minuta, que está sendo preparada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e será impetrada junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) até a próxima sexta-feira, segundo informações da Agência de Comunicação do Estado do Amazonas (Agecom).

"É apropriado falar aqui nesse momento porque estou na casa que faz Justiça", disse o governador, ao afirmar esperar que o STF corrija as injustiças e garanta os direitos constitucionais da Zona Franca de Manaus neste e em outros processos que estão parados naquela corte. "Espero que depois de anos da ministra Elen Grace estar sentada num processo que nos beneficia e não julga o mérito desse processo, o Supremo possa tomar uma decisão em favor do povo amazonense, que, aliás, não é um favor e sim direito constitucional".



Ministros Guido Mantega, Aloisio Mercadante e Fernando Pimentel entre os alvos da insatisfação do governador

Saiba mais

>> Política Industrial

Omar Aziz criticou as últimas declarações do ministro Aloisio Mercadante sobre a política industrial do Brasil. "Dia após dia

ouvimos o ministro Mercadante fazer declarações em relação a estender os benefícios à revella da Lei", reclamou o governador. No entendimento dele, a própria

MP 534 é inconstitucional. "A luta tem que ser redobrada para não só garantir aquilo que já temos, mas também atrair novos investidores".

Cobrança severa a ministros

Omar Aziz fez cobranças diretas aos ministros da Fazenda, Guido Mantega, da Ciência e Tecnologia, Aloisio Mercadante, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, com quem esteve em junho, em Brasília, e obteve garantias de que a Zona Franca de Manaus não perderia competitividade em relação à MP 534. Na ocasião também houve compromissos de barrar a importação de condicionador de ar chinês.

Para Omar Aziz, o governo brasileiro se intimida a enfrentar a entrada ilegal dos produtos chineses porque não quer entrar numa crise econômica com a China. Enquanto a desvalorização do dólar prejudica as exportações da ZFM, a moeda chinesa se mantém estável e garante competitividade aos asiáticos.

"Há 40 dias o ministro Guido Mantega foi avisado do contrabando ilegal praticado por Santa Catarina e Espírito Santo. Há 40 dias o ministro Mercadante foi avisado da preocupação em relação à produção de tablet e até agora não tomou qualquer posição. Há 40 dias o ministro Fernando Pimentel foi avisado dos problemas que tínhamos em termos de competitividade e não tomou qualquer posição".

Brasil, Top 5 em investimento

País foi um dos que mais recebeu investimentos estrangeiros em 2010. Valor aplicado foi 84,6% maior que no ano anterior

SÃO PAULO (AE) - O Brasil pulou do 15º lugar, em 2009, para 5º no ranking dos países que mais receberam investimentos estrangeiros diretos (IED) em 2010, afirma um relatório da Unctad (agência da ONU para o comércio e o desenvolvimento) divulgado nesta terça-feira, 26.

Os IED no Brasil aumentaram 84,6% em 2010 na comparação com o ano anterior, totalizando US\$ 48,4 bilhões, de acordo com o estudo Investimento no Mundo 2011 da Unctad.

Em 2009, em razão da crise econômica internacional, o Brasil havia sofrido uma diminuição de 42% no volume de IED, uma queda acima da média mundial naquele ano.

Em 2010, os Estados Unidos lideram novamente o ranking

Emergentes

Os países em desenvolvimento e em transição absorveram pela primeira vez mais da metade dos fluxos mundiais de investimentos estrangeiros diretos (entradas de recursos), que totalizaram US\$ 1,24 trilhão em 2010.

do estudo da Unctad, com ingresso de US\$ 228 bilhões em investimentos diretos estrangeiros, o que representou um aumento de 49%.

A China e Hong Kong são classificados de maneira distinta e ocupam, respectivamente, o segundo e o terceiro lugares,



Criação de fábricas é um dos pontos levados em conta no relatório da ONU

com IED de US\$ 106 bilhões e US\$ 69 bilhões. Em quarto, ficou a Bélgica, com US\$ 62 bilhões em investimentos.

O salto do IED no Brasil em 2010 foi impulsionado pela entrada de mais de US\$ 15 bilhões em dezembro, dos quais US\$ 7,1 bilhões se referem à venda de 40% da unidade brasileira da companhia espanhola Repsol ao grupo petrolífero chinês Sinopec.

O IED representa investimentos voltados para a produção, como a criação de fábricas e diversas operações empresariais internacionais, como fusões e aquisições, compra de participações acionárias, empréstimos para filiais e reinvestimento dos lucros.

De acordo com o relatório, os investimentos estrangeiros di-

retos na América Latina e no Caribe em 2010 se concentraram em operações realizadas por multinacionais asiáticas dos setores de petróleo e gás, principalmente chinesas e indianas.

O estudo da Unctad foi divulgado em um momento de valorização do real em relação ao dólar, situação favorecida pela entrada de recursos estrangeiros. Nessa terça-feira, o dólar comercial caiu para R\$ 1,534.

AMÉRICA DO SUL

A América do Sul foi a região do mundo que registrou a maior alta do IED em 2010. O aumento do ingresso de investimentos foi de 56%, totalizando recursos de US\$ 86 bilhões. O Brasil representou sozinho 56% desse volume, afirma a Unctad.

Manaus, quarta-feira, 27 de julho de 2011.

Brasil, Top 5 em investimento (continuação) Governo quer frear valorização do Real

Banco Central comprou dólar por quatro vezes ontem, mas moeda americana fechou a R\$ 1,536

O Banco Central usou munição pesada ontem no mercado de câmbio doméstico. A autoridade monetária comprou dólares por quatro vezes - duas vezes pela

manhã, duas vezes à tarde - sem conseguir evitar, no entanto, que o dólar "testasse" um nova taxa mínima para o ano: R\$ 1,53, que acabou por ser a cota-

ção do fechamento do dia. O dólar comercial já abriu o dia em queda, abaixo de R\$ 1,54, e permaneceu nessa faixa de preços até as últimas operações, quan-

do foi negociado por R\$ 1,536 (venda), em uma queda de 0,45% sobre o preço de segunda.

A série histórica mostra que se trata da menor taxa de câm-

bio desde a mudança do regime cambial do País, em 15 de janeiro de 1999. Já foram seis dias consecutivos de baixa, acumulando uma desvalorização de 2,6% desde quinta-feira retrasada (a última sessão em que as taxas subiram). O BC comprou dólar à vista e a termo (para liquidação futura), sem informar imediatamente a quantia de moeda adquirida junto aos agentes financeiros.

EXCESSO DE DÓLARES

Os dados desta terça-feira devem ser conhecidos somente na semana que vem, com a atualização periódica do fluxo cambial. Mas, nesse mês de julho, até o último dia 15, a autoridade monetária já revelou que fez compras de US\$ 2,484 bilhões em excesso de dólares, por meio desses leilões diários - mais do que os US\$ 2,29 bilhões registrados em todo o mês anterior.

CONTEXTO

Cobrança

Em evento no TJAM, o governador criticou o governo federal por não tomar medidas contra as isenções fiscais feitas por outros Estados e que prejudicam a Zona Franca de Manaus. Abandonando o discurso amigável, Omar criticou os ministros Aloízio Mercadante, Guido Mantega e Fernando Pimentel.



Tablets

Ação é ingressada no Supremo hoje

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para tentar derrubar os incentivos na produção de tablets em São Paulo foi apresentada ao governador do Amazonas, Omar Aziz, ontem, e hoje mesmo deve ser ingressada no Supremo Tribunal Federal (STF). A minuta, preparada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) ataca pontos considerados ilegais nos incentivos.

Aziz aproveitou o momento de discussões sobre a guerra fiscal entre os Estados e criticou o governo federal por não tomar nenhuma atitude em relação aos prejuízos causados ao Polo Industrial de Manaus (PIM), diante de medidas que inviabilizam as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus (ZFM) e por estar discutindo uma nova política industrial para o Brasil sem ouvir o Estado.

"Espero que, depois de anos de a ministra Ellen Gracie estar sentada em um processo que nos beneficia, mas sem julgar o mérito, o Supremo possa tomar uma decisão em favor do povo amazonense, que, aliás, não é um favor e sim direito constitucional", declarou.

De acordo com o governador, o que mais preocu-

pa é que a luta do Estado nos últimos anos não tem sido para garantir novos investimentos no PIM, mas sim para que não se perca o que já é garantido pela Constituição. "Isso quer dizer que nossa luta tem que ser redobrada em relação a não só garantir aquilo que já temos, mas também atrair novos investidores, novos setores para que a gente possa expandir o polo industrial, gerar emprego".

Retrospecto negativo

Entre as medidas recentes que tiram a competitividade da Zona Franca de Ma-

Aziz criticou o governo federal por não consultar o Estado sobre a nova política industrial, além de não se posicionar diante de medidas contra a ZFM

naus estão a MP 534 (MP dos Tablets); o Decreto 57.144 do governo paulista, que desonera cobrança de ICMS para os tablets; e a importação da China de condiciona-

dores de ar split sem a cobrança do imposto, que tem sido praticada pelos governos do Espírito Santo e Santa Catarina.

A ADI preparada pelo governo do Estado vai ter duas frentes de 'combate' ao decreto paulista. Uma delas é que a decisão de São Paulo não passou por crivo do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Outra é o fato de um mesmo produto não poder ter tributação diferenciada.

NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS

EMPRESA	CNPJ	INSCRIÇÃO SUFRAMA	INSCRIÇÃO DÍVIDA ATIVA
DELTA TECNOLOGIA EM USINAGEM LTDA - EPP	09.509.276/0001-74	500982015	46/2011
LISA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	03.591.877/0001-92	105369012	41/2011

Fernando Nunes da Frota
Procurador-Chefe

Omar chama ministros de 'inertes'

Rosana Villar
Da Redação
Manaus, Amazonas

A menos de uma semana para o anúncio da nova política industrial brasileira, que poderá afetar diretamente a concorrência da Zona Franca de Manaus, o governador Omar Aziz fez duras críticas à postura do governo federal, em meio a discussão sobre os incentivos fiscais.

Para Omar, a equipe de governo da presidente Dilma Rousseff tem se mostrado inerte diante da invasão de produtos chineses e da edição de medidas estaduais que concedem benefícios fiscais irregularmente fora da ZFM, contrariando o Supremo Tribunal Federal (STF).

O desabafo de Omar ocorreu ontem, durante a posse do novo desembargador Jorge Lins. O governador citou nominalmente os ministros de Ciência

e Tecnologia, Aloizio Mercadante, da Fazenda Guido Mantega e o de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Fernando Pimentel, ao apontar o descaso deles frente aos apelos do Governo do Amazonas para a questão da ameaça aos incentivos fiscais.

Segundo o procurador geral do Estado, Frânio Lima, Omar vai a Brasília nos próximos dias entregar pessoalmente ao presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que busca invalidar o decreto paulista que desonera a cobrança de ICMS para os tablets.

A senadora Vanessa Graziotin (PCdoB) confirmou que o novo plano de Política Industrial não vem sendo discutido nem mesmo com a base de apoio do Governo.

A assessoria do Mdic disse que o órgão não dará detalhes sobre o novo plano até seu lançamento oficial, marcado



Nova política industrial para o País será anunciada pela presidente Dilma Rousseff dia 2 de agosto e preocupa indústria local / Foto: Jairo Araújo

para 2 de agosto.

Segundo o economista José Alberto Machado, o que torna o Amazonas cada vez menos competitivo na captação de indústrias não é a oferta de incentivos de outros Estados, mas a falta de investimentos em infraestrutura e em políticas de desenvolvimento a longo prazo. "A energia em Ma-

naus está perto do colapso, o sinal de celular é inconstante, o problema dos portos nunca é resolvido, a internet é mais cara e menos eficiente. Temos uma síndrome de tentar encontrar os culpados. Quando não são os paulistas, é o governo ou a China. Mas os culpados por isso somos nós mesmos. Cadê a Suframa? O que ela fez

"Temos uma síndrome de tentar encontrar os culpados. Quando não são os paulistas, é o governo ou a China mas os culpados por isso somos nós mesmos".

Do economista, José Alberto, ao criticar a falta de política de infraestrutura industrial no Amazonas.

depois que a ZFM foi prorrogada?", completa.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) foi procurada pelo DIÁRIO, mas não emitiu qualquer resposta até o fechamento desta edição.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Brasil sobe para quinto lugar em investimento

O Brasil pulou do 15º lugar, em 2009, para 5º no ranking dos países que mais receberam Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) em 2010, aponta relatório da Unctad, a agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para o comércio e o desenvolvimento, divulgado ontem.

Os IED no Brasil aumentaram 84,6% em 2010 na comparação com o ano anterior, totalizando US\$ 48,4 bilhões, segundo o estudo 'Investimento no Mundo 2011'.

Em 2009, em razão da crise econômica internacional, o Brasil havia sofrido uma diminuição de 42% no volume de IED, uma queda acima da média mundial naquele ano.

Em 2010, os Estados Unidos lideraram novamente o ranking do estudo da Unctad, com ingresso de US\$ 228 bilhões em investimentos diretos estrangeiros, o que representou um aumento de 49%.

A China e Hong Kong são classificados de maneira distinta e ocupam, respectivamente, o segundo e o terceiro

lugares, com IED de US\$ 106 bilhões e US\$ 69 bilhões. Em quarto lugar ficou a Bélgica, com US\$ 62 bilhões em investimentos.

O salto do IED no Brasil em 2010 foi impulsionado pela entrada de mais de US\$ 15 bilhões em dezembro, dos quais US\$ 7,1 bilhões se referem à venda de 40% da unidade brasileira da companhia espanhola Repsol ao grupo petrolífero chinês Sinopec.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br